

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.508.313 - MA
(2019/0145394-5)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : MULLER E FONTENELE LTDA
ADVOGADO : EDMAR DE OLIVEIRA NABARRO E OUTRO(S) - MA008875
AGRAVADO : TIM CELULAR S.A
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - MA008882A
GABRIEL SILVA PINTO E OUTRO(S) - MA011742A

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DESCUMPRIMENTO PARCIAL DA RETIRADA EM RAZÃO DE NOVA INCLUSÃO. FIXAÇÃO DE *ASTREINTES*. VALOR RAZOÁVEL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou orientação de que, em regra, é inadmissível o exame do valor atribuído às *astreintes*, salvo nas hipóteses em que for verificada a exorbitância ou a índole irrisória da importância arbitrada a título de multa diária, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
2. Na hipótese, não ficou demonstrada excepcionalidade, porquanto a multa cominatória apresenta-se razoável para o caso de retirada de inscrição no cadastro de proteção ao crédito.
3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator